

ESPAÇO PÚBLICO EM HANNAH ARENDT E HABERMAS¹: EM BUSCA DE UMA REFLEXÃO²

Angela Vieira Neves³

RESUMO: O artigo busca discutir o conceito de espaço público, a partir de Habermas e Hannah Arendt mostrando que o debate e a ação comunicativa são fundantes no processo de constituição do espaço público para os autores. Trata-se de reconstruir a noção de espaço público e contribuir para repensarmos sua incorporação nos estudos sobre a democracia no Brasil.

UNITERMOS: Espaço público; política; consenso e dissenso.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca iniciar uma breve reflexão sobre o conceito de espaço público a partir de dois autores principais na literatura: Hannah Arendt e Habermas. Embora saibamos da existência de inúmeros autores que discutem tal conceito, a escolha destes é justificada pela importância fundamental para teoria política e, por último, pela influência para a sociologia no Brasil. O tema centra-se na contribuição constituída em torno do conceito de espaço público tornando-se uma “obrigatoriedade” para os estudos brasileiros sobre democracia.

¹ As idéias contidas neste trabalho fazem parte da tese de doutoramento em andamento na Unicamp/2003.

² Este texto representa as principais idéias do trabalho apresentado na Disciplina: Conflitos sociais, direitos e cidadania na USP, no segundo semestre de 2002

³ Mestre em Serviço social, Professora do Departamento de S. Social da Universidade Federal Fluminense e Doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp - Área de concentração (Cultura Política).

O trabalho será dividido em duas seções. A primeira fará uma abordagem conceitual do espaço público a partir de Hannah Arendt e Habermas, a segunda seção abordará possíveis aproximações e confrontos na discussão sobre espaço público entre os autores.

Pretendemos, portanto, entender como se dá a construção do espaço público, como ele pode ser pensado por tradições diferentes e de que maneira a política é constitutiva desse espaço público para esses autores. Iniciaremos um debate sobre o conceito de espaço público, partindo dos autores anteriormente citados, sobre a possibilidade de comparação entre eles e sua contribuição para os estudos sobre democracia participativa na sociedade brasileira.

O CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO: UMA CONTRIBUIÇÃO DE HANNAH ARENDT E HABERMAS

A questão do espaço público em Hannah Arendt é pensada num contexto que ela intitulou como “tempos sombrios”. Sua preocupação é entender o fenômeno do nazismo como um regime totalitário que anula o outro, que nega o homem como um sujeito político negando qualquer possibilidade de construção de diálogo. Assim, a saída encontrada por ela é construir um espaço público onde o homem ganhe o estatuto de humano através da inserção num mundo público e visível. A sua condição humana é revelada num **“mundo comum”** que é compartilhado, visível e transparente. A ideia de bem-comum está associada à possibilidade republicana de indivíduos interessados na vida pública, ou seja, revela-se a noção de público, de bem-comum, onde todos os cidadãos independentemente da virtude, participam da vida pública. Arendt vai pensar o sentido do espaço público a partir de uma nova concepção do que é a política, ou seja, compreender o sentido e a medida da política através da ação e da liberdade públicas. A autora pensa sobre o agir político pretendendo fundar uma nova forma de política e de constituição do que é a esfera pública em contraposição ao “mundo priva-

do” que anula o sujeito e o destitui da fala e da capacidade de pensar. Uma das questões apresentadas pela autora refere-se à noção de um mundo comum ; não fala em sociedade, e sim, de um “mundo comum” onde a política é a arte da fala, do diálogo. Portanto, a noção de política está associada a *viver na pólis, a tudo que pode e deve ser decidido pelos cidadãos mediante a palavra e a persuasão e não através da força e/ou da violência*”. (Arendt,1993, p.34). A importância do espaço público está atrelado ao significado do que é a política para ela, ou seja, a fundação da pólis grega e romana se baseia na arte de um diálogo constante e permanente que se renova e que funda a idéia de um espaço público efetivamente político. A preocupação da autora é entender a natureza e o sentido da política e neste sentido, Hannah Arendt(1993) lança uma idéia fundamental para analisarmos a constituição de espaços públicos na sociedade brasileira que é a idéia de que a vida pública é o espaço da liberdade, da fala e do discurso, nos quais o poder de decisão, a partilha do poder e o processo de decisão sobre a vida pública são realizados pela participação cada vez maior da coletividade.

Para entendermos o conceito de espaço público é necessário compreendermos a noção do significado da **política** para Hannah Arendt, porque se diferencia de toda concepção da teoria política contemporânea. Suas idéias se fundamentam nas tradições grega e romana, no entanto, superam qualquer possibilidade de **institucionalidade da política**, já que tudo deve ser renomeado, repensado e reconstruído. A política é inovação; só se consolida através da fala, do diálogo; a política para ela se funda na ação, na palavra, ou seja, num agir que emancipe o homem.

A POLÍTICA PARA HANNAH ARENDT

Abordaremos agora como Arendt entende a política na modernidade como fundamento para suas argumentações em defesa do espaço público.

Para Arendt (1968) a modernidade constituiu a perda do mundo comum da destruição da **esfera pública** pela criação do **mundo privado** on-

de a política deixou de ter lugar no mundo moderno. A modernidade remonta à **idéia do indivíduo**, da intimidade(família) num processo de colonização do espaço público. Arendt é uma crítica feroz à institucionalidade da política, principalmente com o sistema partidário que para ela feriu o princípio revolucionário inicial. Nas palavras de Arendt(1968) :

(...) em pleno curso da revolução, eram os programas partidários, mais do que qualquer outra coisa, que separavam os conselhos dos partidos; pois esses programas, por mais revolucionários que fossem, eram sempre receitas adrede preparadas, que requeriam execução e não ação- para serem colocadas rigorosamente em prática. (Arendt,1968, p.211)

Essa previsibilidade e tecnificação da política é questionada por Arendt ao pressupor que qualquer forma de gestão não é política, pelo contrário é a- política, já que a verdadeira política se funda na liberdade de pensar, na liberdade de participação. Essa crítica aos partidos e aos profissionais revolucionários, inclusive Marx, Lenin e Stalin, fez com que ela separasse a dimensão política da dimensão administrativa e da democracia procedimental. Como disse Arendt(1968), quando o governo se transforma, de fato, em administração, o sistema partidário só pode resultar em incompetência e desperdício. (Arendt,1968,p.217) .

As principais características do espaço público para Arendt são evidenciadas aqui como: a) o espaço público será o espaço de efetivação de um poder que se constrói através da ação dos homens e de seu discurso. A linguagem passa a ser um grande instrumento na interação política entre os homens na construção desse espaço público tanto para ela quanto para Habermas. b) Arendt tinha uma preocupação fundante no seu pensamento que era de construir um espaço público e político que se baseasse na **pluralidade de idéias** e perspectivas negando assim, qualquer forma de pensamento único e/ou modelo institucional. Consideramos que o núcleo do seu argumento é fundamental na constituição do homem público. No seu livro, *O que é a política?*, Arendt (1993) vai afirmar que *“a política se baseia no fato da plu-*

ralidade dos homens, ela deve, portanto, organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais.” (Arendt, 1993, p.08). Ela sempre enfatizava a importância de que o homem político se constrói e se humaniza no espaço público, e o que é criado fora desse espaço, vive uma via domesticada pela atividade cotidiana, *no mundo privado*, na busca da garantia de suas necessidades básicas, o que para ela não gera política, não gera um homem crítico diante do seu tempo. Hannah Arendt em, *O que é a política?* nos revela algumas características da política para a fundação de um verdadeiro espaço público e político. Uma primeira característica apontada por ela refere-se à afirmação de que “a política baseia-se na pluralidade dos homens. A segunda é que “a política trata da convivência entre diferentes”. A terceira é que a família é o campo da anulação da política, porque anula as diferenças, buscando uma única forma de compreensão do mundo. No pensamento arendtiano, o sentido da política se dá a partir do dissenso e do diálogo incessante num mundo público. Tudo que é fora desse espaço é considerado pré-político o que é semelhante ao mundo privado no qual, pela força e pela coerção, impõem-se uma determinada forma de entender o mundo a partir de um único ponto de vista. A política para Arendt se funda na palavra, no debate e na pluralidade em que se constitui o espírito público. O campo da política é sempre o campo da negociação, é a arte do diálogo e não da imposição e da homogeneização entre as classes.

A QUESTÃO DA REPRESENTATIVIDADE: A CRÍTICA À DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A partir dessa análise inicial sobre o tratamento dado pela autora sobre o conceito de espaço público e da questão da política, procuraremos agora verificar como a autora pensa a questão da representação e desenvolve seu conceito de política na defesa incondicional à democracia direta e faz a crítica à democracia representativa. Hannah Arendt é considerada republicana e como tal defende a idéia de um mundo comum, compartilhado na

política pelos cidadãos, criticando a noção de democracia representativa, defendendo uma outra forma de representatividade: a democracia direta. Sua argumentação centra-se na crítica e na idéia restrita de representação formal para os homens comuns, para os cidadãos.

Segundo ARENDT:

o governo representativo segundo os homens da revolução, era muito mais do que um artifício para o governo de grandes populações; a limitação a um pequeno e selecionado corpo de cidadãos serviria como um grande depurador dos interesses e opiniões, como proteção “contra os conflitos desordenados de uma multidão. (Arendt, 1968, p.181)

Na defesa de uma república, Arendt se fundamenta na Revolução da Hungria e na constituição dos conselhos populares desde a Comuna de Paris na França. Na Hungria, a criação dos diferentes conselhos aconteceram de baixo para cima, ou seja, dos governados, do povo para os governantes, sem qualquer forma de institucionalidade. Esses conselhos seriam um espaço público e para Arendt o termo público significa *que tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. A aparência aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos constitui a realidade.* (Arendt, 1994, p.59)

Se a ênfase na esfera pública, como espaço de constituição do homem no mundo, foi importante para a construção desse espaço público de diálogo, a questão da representatividade é muito criticada por Arendt. Para a autora, houve uma subordinação da democracia representativa pela democracia direta com a instauração da constituição federativa rompendo qualquer possibilidade de um espírito verdadeiramente revolucionário. Assim, o problema da representação anula o espírito público, revolucionário, aniquilando o espírito participativo que foi vivido na revolução húngara. Esse espírito participativo existiu com a criação dos diferentes conselhos que ela chamou de “pequenas repúblicas” e que tinham como objetivo a liberdade participativa através do maior número de participantes debatendo e decidindo sobre as questões da pólis- da cidade. A dignidade da política estaria

representada pela participação, pela democracia direta pelo poder de decisão e principalmente pela liberdade política.

Assim sendo, Hannah Arendt (1999) afirma que a despolitização do mundo é um fenômeno de uma densidade através do qual se substitui e se estende as funções pré- políticas- mundo privado- para as funções realmente políticas, que só acontecem no mundo público. Essa indistinção entre a esfera pública e privada, para a autora é muito difícil de delimitar, pois ambas se mesclam na modernidade. O que nos interessa é entender que a idéia de política é fundamentada na idéia de liberdade, uma liberdade que supera a idéia de necessidade que não se constitui como política. Essas afirmações geraram críticas à Arendt⁴,no entanto, ela sempre enfatizava

que só pode ser livre quem está disposto a arriscar a sua vida; o mesmo vale para a ligação entre a coisa política e perigo e risco.[...], porque só podemos chegar no mundo público comum a todos nós que no fundo é o espaço político - se nos distanciarmos de nossa existência privada e da conexão familiar com a qual nossa vida está ligada. (Arendt,1999, p.53)

A idéia central de Arendt refere-se à consolidação de uma esfera pública que se constitui pela democracia direta, pela idéia de res-pública na qual a pólis grega foi o modelo de inspiração. Nesse aspecto o espaço público só é considerado político, quando se manifesta na Cidade, no espaço de ação dos cidadãos que pertencem a um espaço comum. Há uma preocupação com a coisa pública (com o interesse público) em detrimento da coisa privada (interesse particular). Concordamos com a autora ao ressaltar que: (...) “esse espaço público só se torna político quando assegurado numa cidade, quer dizer, quando ligado a um lugar palpável que possa sobreviver tanto aos feitos memoráveis quanto aos nomes do memoráveis autores.” (Arendt,1999, p.54).

⁴ Na literatura, a crítica que é feita a obra de Hanna Arendt refere-se à separação entre o social e o político. Porém, tais críticas não podem negar a contribuição de Arendt para pensarmos sobre o espaço público.

A questão da verdadeira política é muito importante para humanidade: o mundo só existe se tem referência com o mundo em contraposição à “política de espetáculos” à “política de teatros”, que não funda a liberdade nem a pluralidade no debate. A perspectiva de Arendt vem mostrar que o espaço público recria, reinventa o mundo cotidiano a partir de sua visibilidade, transparência e discussão infinita em oposição ao totalitarismo que significa ausência de debate e imposição, violência e coerção.

Em, *Da Revolução*, Arendt, vai buscar nas experiências dos conselhos populares, principalmente através da Revolução Húngara, suas idéias para a constituição de um verdadeiro espaço público e político. Ela rompe com qualquer idéia de institucionalidade na política, de modelos teóricos para explicar a realidade, pois a realidade nasce e é reinventada em todo momento histórico. Essa liberdade de falar e ser ouvido onde todos os cidadãos podem e devem opinar sobre as questões da pólis é que fundamenta a idéia de uma res-pública e daí nasce o verdadeiro espaço público. Para Hanna Arendt:

a liberdade de externar opinião, o direito de ouvir opiniões dos outros e de também ser ouvido, que para nós constitui também parte indispensável da liberdade política, suplantou a liberdade não em contradição com ela, mas que possui uma natureza bem diferente, característica do agir e do falar, desde que seja uma ação. (Arendt,1999, p.57)

Nessa linha interpretativa Hannah Arendt abre um caminho importante para se pensar não só o conceito de espaço público, mas também a constituição do espaço público na realidade, na vida política da pólis. Se a esfera pública é a esfera da “liberdade de participação” entre iguais, o mundo comum no qual todos os cidadãos decidem e participam da pólis é o central na sua argumentação. Nesse sentido, em *A condição humana*, ela nos diz que “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. (Arendt,1987, p.62) A concepção de mundo comum é necessária para afirmar a idéia de pertenc-

cimento do homem na vida pública, **no mundo público**, e seu aparecimento na pólis em contraposição ao mundo pré-político que é considerado o **mundo privado**.

Há, portanto, nas assertivas de Hannah Arendt uma linha argumentativa que enfatiza a res-pública, a coisa pública, em detrimento da vida privada, da vida familiar, não que esta não fosse importante para ela, porém não era o espaço da vida política que dava aos homens um sentido no mundo.

Nesse sentido, Arendt, vai criticar os revolucionários profissionais que não aceitaram a idéia de conselhos populares e criaram a idéia de representação partidária. Nessa argumentação a autora vai afirmar que há um conflito entre o parlamento e o povo, pois, aquele espaço torna-se um espaço sem capacidade de se pensar a política. Os conselhos são inovações para a política, sendo eles o espaço de constituição dos cidadãos através da experiência e não através de leis. Logo, Arendt(1968) centra-se na idéia de uma liberdade “participativa” onde o direito é construído pela ação, pelo agir coletivo e não somente pela constituição, pela lei. Aqui há uma severa crítica ao governo dos jacobinos na figura de Robespierre, há um conflito entre o interesse e a vontade geral dos jacobinos na luta individual pelo poder absoluto contra o povo que lutava pelo espírito público e pela liberdade pública nessas pequenas repúblicas- conselhos populares.

Como nos mostra Arendt e com o que concordamos,

(...) sem dúvida que a comuna Parisiense, as suas secções e as sociedades populares que se tinham espalhado por toda a França durante a Revolução constituíam os fortes grupos de pressão dos pobres, a ponta de diamante da necessidade urgente a que nada poderia opor-se; mas continham também os germes, de um sistema que permitiria ao povo tornar-se participante do governo.(Arendt,1968,p.241)

Em suma, se o argumento central de Arendt revela-se na cisão entre a sociedade popular e o sistema partidário defendido pelos jacobinos na figu-

ra de Robespierre, aqui mais uma vez se estabeleceu a dicotomia entre governantes e governados, entre uma sociedade popular representada por diferentes organizações espontâneas e apartadas do sistema partidário. Para o que a autora quer chamar a nossa atenção é que o espaço público, o espírito público se constitui pela “deliberação e decisão do povo” no governo, constituindo-se numa política revolucionária e não doutrinária. A preocupação dos revolucionários com a administração deixou de lado a origem de sua luta que era a liberdade política e a participação ativa dos cidadãos na coisa pública. Essa é a meu ver a maior descoberta de Arendt e sua contribuição para discutirmos hoje onde o poder de decisão pelo povo, e de participação no governo são pressupostos para uma democracia participativa. Nesse sentido, percebemos que Arendt sinalizou alguns mecanismos para pensarmos na constituição de um espaço público que se configura pelo diálogo, e pela ação dos homens num mundo comum. Trataremos agora de perceber como Habermas abordou o espaço público e em que sentido os dois autores se aproximam e se confrontam sobre a questão.

ESPAÇO PÚBLICO EM HABERMAS

Habermas tornou-se referência no debate sobre esfera pública e na constituição, na modernidade de uma nova forma de democracia e de gestão democrática. Habermas (1961) no seu livro *Mudanças estruturais da esfera pública*, um clássico na análise sobre esfera pública, revelou que a invenção da categoria público nasceu com a ascensão da burguesia e com o advento do Estado Moderno. Nesse sentido, o espaço de debate acontecia nos “salões literários” e cafés burgueses. Como definiu Habermas “a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público”. (Habermas,1984, p.42)

Neste sentido, Habermas vai buscar um modelo teórico pautado na democracia deliberativa e para explicação da crise da modernidade através da teoria da ação comunicativa. Sua abordagem teórica vai ao encontro de

ênfatisar a afirmação de uma esfera pública burguesa, dando centralidade a vida humana. Aqui ele se distancia de Hannah, não só por ela não buscar modelos teóricos, tampouco por estar preocupada em construir uma institucionalidade na política, mas, principalmente, porque Habermas, na sua afirmação de um diálogo, vai se concentrar na busca do **consenso**, o que novamente se distancia e se diferencia de Arendt que busca na esfera pública o **dissenso** e a pluralidade republicana através da qual todos os cidadãos têm iguais condições de participar e decidir. Habermas buscava democratizar a democracia, enquanto Arendt queria republicanizar a democracia. Ele dissocia o mundo da vida do mundo dos sistemas, no qual o mundo da vida era *o mundo da vida figura como sede da racionalidade; como expansão dos processos de ação comunicativa e rede de ações socializadoras*”. (Cohn,1993,p.73)

A democratização do espaço público se dá para Habermas na instauração de uma competência comunicativa, isto é, busca uma especialidade da fala, um tipo ideal de fala cujos cidadãos vivenciam e aprendem no debate, no diálogo construído no espaço público. Esse aprendizado democrático é importante para pensarmos as diferentes inovações democráticas. Como os cidadãos são informados? Como essa fala tem validade no espaço público? Quem detém essa competência comunicativa?

Habermas na *Teoria da ação comunicativa*, publicada pela primeira vez em 1987, vai buscar uma saída para o que ele identificou como a crise da modernidade, isto é, uma modernidade inacabada. Assim, a saída encontrada para ele se dá na ação comunicativa, na capacidade comunicativa através da negociação. Nesse aspecto, o trabalho para ele enquanto categoria central da modernidade, perdeu seu sentido emancipatório; substituiu-se o trabalho pela centralidade da ação comunicativa, ou seja, o espaço privilegiado da emancipação humana está centrado na linguagem, na esfera comunicativa. Logo, surge um novo paradigma no qual a sociedade é regulada pela ação comunicativa e não mais fundada pelo trabalho. A interação comunicativa cria uma nova forma de sociabilidade em que a noção de esfera pública ganha um estatuto diferenciado. Segundo Habermas, ao separar o mundo da

vida do mundo dos sistemas, ele prioriza o que Cohn(1993) chamou a atenção para

uma “teoria da ação”: a ação comunicativa. Essa ação comunicativa vai substituir as estruturas sociais onde a idéia de uma fala competente, de uma teoria da ação comunicativa competente faz com que os sujeitos tenham um papel central em sua teoria da ação, pois a linguagem e o diálogo estarão direcionando a constituição da esfera pública. (Cohn,1993, p.64)

Habermas afirma existir uma ética comunicativa com a qual os cidadãos possuem uma capacidade comunicativa e reinventam os espaços públicos através da busca de consensos e do entendimento, negando qualquer forma de desentendimento no espaço público.

Para Cohn(1993),

toda ação comunicativa envolve, implicitamente, reivindicações de validade do que está sendo comunicado nela. Ele remete a uma idéia central: a de que a validade das posições assumidas pelos parceiros da interação é contestável em princípio. Se é contestável ,numa interação que busca o entendimento, é também defensável. Isso significa que no âmbito da ação comunicativa, qualquer obstáculo ao entendimento mútuo se traduz inicialmente no questionamento de reivindicações de validade. (Cohn,1993, p.68)

Já Hannah Arendt afirma que **os consensos são sempre provisórios**, pois o que interessa é a representação da política e da pluralidade no debate público. Habermas está preocupado em construir uma teoria para a ação, quer construir uma teoria da comunicabilidade. Arendt não pensa em construir modelos teóricos, pelo contrário, busca sempre a capacidade participativa pelo diálogo, pela palavra, porque a política para ela não é previsível, tem um grau de espontaneidade. Habermas está comprometido com a racionalidade moderna que reconhece não ser abstrata, mas se constitui através de procedimentos competentes e comunicativos da fala num debate que também objetiva a pluralidade entre os atores diferenciados na busca do consenso. Essa ca-

pacidade comunicativa é revelada por Cohn(1993) como uma situação ideal da fala. Habermas ao se preocupar com a validade da fala nos espaços públicos esqueceu de valorizar o que Hanna priorizou que é o acesso aos espaços públicos pelos cidadãos, isto é, é mais importante lutar pelo poder de decisão e de acesso ao espaço público do que pela situação ideal da fala competente. Uma outra questão importante a se destacar na Teoria de Habermas(1987) refere-se à formação pedagógica e ao aprendizado na “teoria da ação comunicativa”. Para o autor, a formação dos sujeitos não se dá na consciência pelo trabalho explorado da sociedade capitalista e sim pela igualdade comunicativa num processo de aprendizado constante, na busca de sua argumentação lógica e na capacidade de convencimento pela fala, e pelo diálogo. Esse aprendizado democrático é importante para pensarmos esse novos espaços democráticos que se constituíram após 88, no Brasil.

Em suma, no pensamento de Habermas, o espaço público é constituído de condições de uma democracia procedimental deliberativa onde o consenso é produzido no debate e se aprende a usar a razão em público. Essa capacidade de falar, de julgar faz com quem os atores tornem-se habilitados para uma ação comunicativa válida e competente. Resta-nos indagar aqui como se constitui essa competência, essa validade da fala. Em que medida a esfera da ação comunicativa torna-se igualitária e emancipatória para todos os cidadãos no espaço público?

APROXIMAÇÕES ENTRE OS AUTORES?

No nosso entendimento é possível pensarmos numa aproximação entre os autores, porque, tanto Habermas, quanto Hannah Arendt associam o espaço público **ao diálogo, à interação comunicativa**, como possibilidade de argumentação e igualdade entre os atores sociais, embora não neguemos as divergências teóricas entre eles. A construção desse espaço público e político, portanto, estará associada ao discurso e à ação política. Neste sentido, Hannah Arendt se aproxima de Habermas, pois, para Habermas, a teoria da ação comunicativa é o que dá centralidade ao mundo moderno, ou seja, através do

discurso competente, da fala, o espaço público se constitui. E para Arendt, o espaço público só se constitui através do debate. Eles se distanciam é na abordagem, nos procedimentos teóricos e na busca da resposta para a construção do espaço público que se caracterizam por caminhos que consideramos como antagônicos. Portanto, acreditamos aqui que Hannah Arendt tem muito a contribuir, porque ela não está preocupada com **uma teoria para ação**, está preocupada com o acesso cada vez maior de todos os cidadãos à possibilidade de participar sobre das decisões da pólis. Essas questões continuam sendo o desafio para a democracia moderna, pois como afirmou Hannah Arendt, a democracia direta é a expressão da constituição da verdadeira política e da constituição do espaço público onde a pluralidade, a visibilidade das ações tornam concretos os interesses da maioria.

Segundo Renato Ribeiro(2003),

a democracia grega era direta, ou seja, a cada semana e meia o povo de Atenas se reunia e decidia todo tipo de questão. Nossa democracia é representativa, porém, há uma crítica forte à democracia representativa, porque nela os representantes ficam muitos soltos: fazem o que querem. Por essa razão para ele é necessário hoje “manter a representação, mas fazer os representantes prestarem contas aos representados”.⁵

É, portanto, essa transparência, visibilidade, prestação de contas *accountability* que as experiências participativas enfocam, tanto em seus discursos, quanto em suas orientações práticas nos programas, no Brasil, principalmente a partir dos anos 90, como as experiências de Orçamentos participativos⁶ em que o conceito de espaço público torna-se uma referência para o debate sobre espaço público. Por outro lado, a questão da dualidade - consenso/dissenso revelou-nos que Habermas tem uma enorme contribuição na

⁵ Artigo de Renato Ribeiro, Folha de São Paulo, *Caderno Mais*, 28/01/2003.

⁶ Segundo dados da Pesquisa mencionada no livro *sobre As experiências de Orçamento Participativo no Brasil - período de 1997-2000*. (Editora Paz e Terra, 2002), consta que 140 municípios declararam fazer o OP e apenas 103 responderam ao questionário elaborado.

sua teoria da ação comunicativa para a configuração da esfera pública burguesa, pois, o consenso permanente é o objetivo final num debate plural. Já em Hannah Arendt **os consensos são sempre provisórios**, vivemos um conflito, uma tensão permanente entre diferentes classes sociais, culturas políticas que se entrelaçam. Nesse sentido, acreditamos que Hannah Arendt tem muito a contribuir na análise **da política**, da definição do espaço público, ao priorizar um consenso que é provisório, que se define na luta, no conflito entre interesses difusos .

Uma das questões pertinentes à discussão sobre espaço público refere-se à busca da relação entre a constituição da democracia e do consenso na sociedade. Essa preocupação é referência nos debates, principalmente ,com Habermas, e na literatura sobre as experiências participativas. Para Habermas, a busca de uma democracia deliberativa e procedimental pauta-se na racionalização democrática do argumento, na negociação, no jogo de linguagem, numa normatividade das ações. De outro lado, em Arendt, há uma ênfase não nos “procedimentos” e sim no “*direito de participação dos cidadãos*”. Antes de qualquer negociação, os princípios éticos e políticos devem ser respeitados e mantidos, representando os fundamentos de uma democracia participativa e republicana. A ética é muito importante e nela a ampliação da participação busca fundamentar a função da comunidade, dos princípios comunitários presentes no modelo republicano. A ampliação da participação popular nas decisões políticas sobre a cidade deve ser prioritária. Nesse sentido, Hannah Arendt tem muito a nos ensinar sobre a política e a constituição de um espaço público, ao buscarmos uma democracia participativa e republicana que crie fóruns participativos e “*pequenas repúblicas*” nos diferentes distritos e municípios nos quais sejam priorizadas as decisões políticas da população e não somente as diretrizes programáticas do programa de governo com suas metas.

Concordamos com Richard Falk⁷ “*ao propor a criação de uma assembléia dos povos*”. O espaço público se constitui e se consolida num debate plural

⁷ Artigo na folha de São Paulo em 04/08/2002 no qual o Jurista Americano propõe a criação de um novo parlamento para tornar mais democrático o sistema político mundial.

que garanta os direitos e os amplie na constituição de uma cidadania global e universal. Assim, a constituição de novos espaços públicos na sociedade brasileira deve ser repensada à luz da contribuição de Habermas e Hannah Arendt, no sentido de desvelarmos a política que é constitutiva desses novos espaços públicos no Brasil.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Analisar, ainda que inicialmente, o conceito de espaço público, a partir de Habermas e Hannah Arendt foi uma tarefa difícil, não só pela profundidade do tema, mas também pelos caminhos traçados pelos autores na discussão. Embora existam duras críticas a Habermas e à Hannah Arendt pela matriz considerada não marxista, não podemos negligenciar o papel desses autores no aprofundamento da questão do espaço público entre nós, alunos e professores, que se detêm nos estudos sobre o tema e que abordam tais questões discutidas sobre a política. Enfim, a partir da análise sobre espaço público, através desses autores, poderemos investigar quais os limites e as possibilidades do surgimento de “novos espaços públicos” na sociedade brasileira. A matriz Arendtiana e Habermasiana são fundamentais para entendermos a separação entre os espaço público e privado tratados de forma tão indissociável na cultura política brasileira. Definir o que é público, o que é privado é o caminho para reflexão sobre a democracia na sociedade brasileira. Neste aspecto, a contribuição, tanto de Hannah Arendt, quanto de Habermas é imprescindível para a teoria política contemporânea e para o aprofundamento da democracia e da construção democrática na sociedade brasileira. O encontro dos autores se deu pela fervorosa ênfase no espaço público, como espaço de debate, de atores diferenciados que participam e decidem sobre a vida pública, onde a pluralidade é fundante no processo de construção desse espaço público. Porém, os estudos se detêm hegemonicamente muito mais nas interpretações Habermasianas, deixando de lado a contribuição de Hannah Arendt. A comparação, ainda que inicial, sobre o

conceito de espaço público entre os autores, nos revelou um fecundo debate a ser explorado nas ciências sociais e principalmente numa contribuição aos estudos sobre democracia participativa, e na análise sobre a indistinção entre o público e o privado tão arraigados na cultura política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Editora forense, 1987.
- _____. *Da Revolução*. Brasília, UNB, 1988.
- _____. *O que é Política?* 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1999.
- AVRITZER, Leonardo & NAVARRO, Zander (Org.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARVALHO, Maria do carmo & WEISSHAUPT, Jean Robert (Org.). "Teorias da Ação em Debate" IN: Cohn, Gabriel. *A teoria da ação em Habermas*. São Paulo: PUC, 1993.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudanças estruturais na esfera pública*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Teoria da ação comunicativa*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1993.
- IDÉIAS, REVISTA DO IFCH. Campinas, ano 5(2)/6(1), Unicamp, 1998-1999.
- OLIVEIRA, Francisco de, PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.